

75
ANOS

DE CRIAÇÃO DOS
CONSELHOS DE
CONTABILIDADE

CAPÍTULO VI

Presidentes e seus Ideais

59 PAULO LYRA TAVARES (1946/1955) *

60 IBERE GILSON (1955/1956) *

61 AMARO SOARES DE ANDRADE (1956/1961) *

62 EDUARDO FOREIS DOMINGUES (1961/1969) *

63 IVO MALHÃES DE OLIVEIRA (1970/1973) *

64 YNEL ALVES DE CAMARGO (1974/1977) *

65 NILO ANTÔNIO GAZIRE (1978/1982) *

66 JOÃO VERNER JUEMANN (1982/1985)

67 MILITINO RODRIGUES MARTINEZ (1986/1989) *

68 IVAN CARLOS GATTI (1990/1993) *

69 JOSÉ MARIA MARTINS MENDES (1994/1997)

70 JOSÉ SERAFIM ABRANTES (1998/2001)

71 ALCEDINO GOMES BARBOSA (2002/2003)

72 JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO (2004/2005 E 2014/2017)

73 MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM (2006/2009)

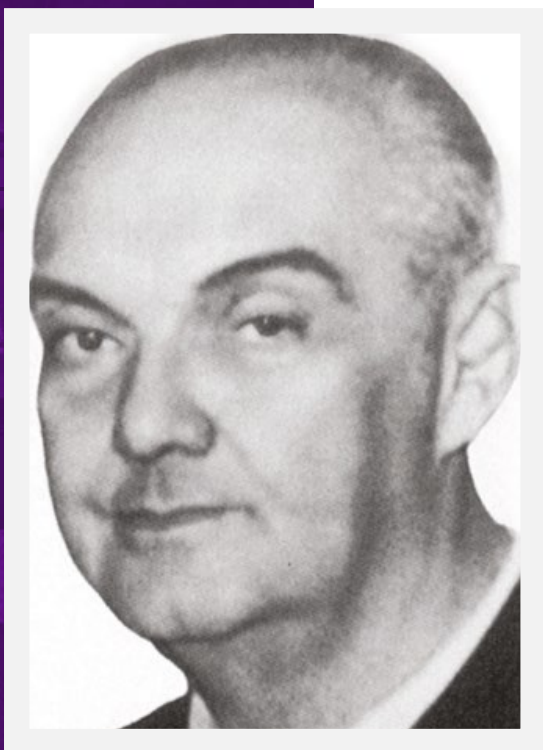
74 JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO (2010/2013)

75 ZULMIR IVÂNIO BRENDA (2018/2021)

* Os textos dos presidentes do CFC já falecidos – Paulo Lyra Tavares, Ibero Gilson, Amaro Soares de Andrade, Eduardo Foreis Domingues, Ivo Malhães de Oliveira, Ynel Alves de Camargo, Nilo Antônio Gazire, Militino Rodrigues Martinez e Ivan Carlos Gatti – foram extraídos de artigos de suas autorias, de editoriais publicados em edições da Revista Brasileira de Contabilidade, de atas de Plenárias do CFC e de outros materiais bibliográficos que preservam os seus ideais. Nos textos transcritos, foram preservadas a linguagem e a ortografia da época.

PAULO DE LYRA TAVARES

(1946/1955)¹



O Conselho Federal de Contabilidade, na sua derradeira reunião de 1946, congratula-se com todos os contabilistas brasileiros pelas vitórias que a classe conquistou no ano que finda, e a todos faz um vivo apelo no sentido de que não desmintam jamais a tradição que criaram, mantiveram e nos legaram com seus líderes, os seus grandes vultos.

A classe sempre se impõe pela fraterna união dos seus componentes, e o segredo das suas vitórias, sempre obtidas pela perseverança, coesão e cordialidade, foi e há de ser a afinidade de vistas, a elevação de propósitos e a compreensão de espíritos.

Continuemos unidos, contabilistas, e encerremos com 1946 os dissídios, desavenças e divergências sabidamente respeitáveis pelas razões que as justificam, mas certamente prejudiciais à união da classe, ao prestígio da profissão e à dignidade dos profissionais da contabilidade. Acreditemos todos na desambição de cada um e que cada um de nós creia na sinceridade de todos, e assim, continuemos a luta pelo contabilista, em benefício da classe e pela grandeza do Brasil.

Apelo aos contabilistas nacionais a trabalharem pelo engrandecimento da classe e para o prestígio da profissão contábil. Saúdo a satisfação do Conselho Federal de Contabilidade pela disciplina e pela união da classe, ação que consiste todo o seu êxito. O Conselho é uma realidade e é a realização do sonho que os contabilistas acalentaram. Nossos desafios nunca terminarão, pois seremos sempre os desbravadores e herdeiros da luta contábil brasileira. Agradeço a todos os continuadores do legado deixado pelo senador João de Lyra Tavares, defensor e patrono dos contabilistas. Lutamos e alcançamos o reconhecimento do guarda-livros e da regulamentação da profissão.

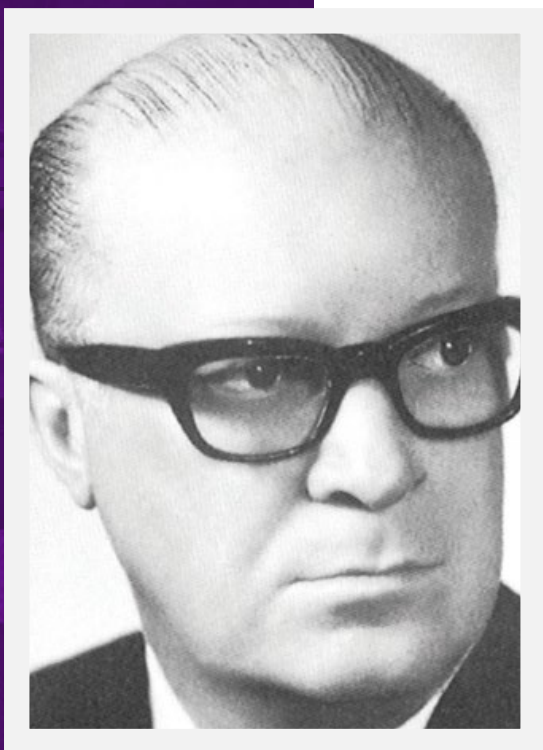
Alguns de nossos propósitos maiores giram em torno da elaboração do Regimento Interno do CFC e de instruções para instalação dos CRCs e da organização dos Conselhos Regionais de Contabilidade; do estabelecimento de instruções para o serviço de inscrição e registro dos profissionais da contabilidade; de normas para a cobrança das anuidades; e de normas para o registro de diplomas e expedição de carteiras de identidade.

Nossa classe é caracterizada pelo espírito de união e solidariedade, em que todos participamos dos momentos de fortuna e desfortuna, manifestando que as nossas afinidades e aspirações unem os contabilistas brasileiros, que esquecem tudo sempre que o interesse coletivo está em jogo. Como presidente do Conselho Federal de Contabilidade, congratulo-me com todos os contabilistas do Distrito Federal, dos Estados e Territórios pela entrega das carteiras profissionais, que marca o início de uma era nova em nossa história. Isto é o reconhecimento para a prática da profissão daqueles que, legalmente, podem exercê-la.

¹ JOÃO LYRA E PAULO LYRA – Contabilidade, História e Vida – Memória Contábil – Abracicon – 2016 – págs. 45 e 47. BOLETIM DA CONTADORIA-GERAL DA REPÚBLICA – ANO XXII – 1947 N.º 131. BOLETIM da Contadoria-Geral da República – Ano XXI – 1946 n.º 44. ATA DO CFC N.º 23º, de 30/12/1947, página 38.

IBERÊ GILSON

(1955/1956)²



Muita luta teremos de enfrentar antes que possamos nos dar por satisfeitos, antes que chegada a hora de ensarilhar armas e antes do instante de promovermos a rendição da guarda. Lembremo-nos de que, surpreendentemente, o emprego da escrituração por partidas dobradas no serviço público – determinado por Alvará de 1808 e por Ato em 1832, com sua exigência ratificada em 1868 e novamente exigido em 1909 – só veio a ser adotado em 1914 e, mesmo assim, de forma que mereceu de Moraes Júnior, autor do Regulamento de Contabilidade Pública, a crítica de que “iniciados e profanos sempre foram acordes em reconhecer deixar muito a desejar a Contabilidade da União”.

O Poder Executivo e o Tribunal de Contas da União, ao longo da História, envidaram esforços no sentido de pôr ao descalabro que fluía da inadequabilidade do controle, em face da rápida evolução da administração pública, impulsionada por vertiginoso progresso tecnológico. Merecem citação os artigos de Viçoso Jardim e Moraes Júnior, bem como as diversas tentativas de reforma e atualização do Código de Contabilidade da União, tentativas que encontraram seu Waterloo no Congresso Nacional.

Ao tempo do Governo Café Filho, participamos de uma Comissão de Reforma do Código, confiada ao Conselho Federal de Contabilidade, que à época integrávamos e que era presidido pela figura ímpar de Paulo de Lyra Tavares. O projeto que elaboramos e que denominamos Lei de Administração Financeira e de Contabilidade Pública jaz, até o dia de hoje, na 1ª Comissão do Congresso Nacional a que foi distribuído.

Os tempos de opção, contudo, já se verificaram em caráter irreversível. A época é de implantação de um novo sistema, de rompimento com rotinas estratificadas no estacionismo de dias de antanho; de despertar para o dinamismo da era da técnica; de irrupção pelo domínio de nova metodologia; da aceitação e da prática dos modernos processos da ciência do controle.

Estamos a ouvir os altíssimos acordes da marcha fúnebre da era da improvisação no campo do controle. Respeitando embora o passado, é preciso viver o presente. Naturalmente, em todo o processo histórico, o passado nunca deixa de estar presente, uma vez que ele nada mais é do que uma acumulação de presentes passados, e em cada presente ressoa o passado e palpita o futuro. Se não fizermos, todavia, o presente de hoje, não teremos o passado de amanhã: ele será como o sol de inverno europeu; iluminará, mas não fecundará a terra.

² (GILSON, 1970, p. 26-30)

AMARO SOARES DE ANDRADE

61

(1956/1961)³



Nossa recorrente preocupação é a de elevarmos o nível de preparo e formação dos nossos profissionais, trabalhando para que os estudantes de contabilidade (nível médio) concluam também os cursos de grau superior. Esta é uma importante questão que merece a atenção das autoridades.

Dessa forma, exige-se, talvez em futuro bem próximo, não apenas sugestões legais de estímulo aos futuros diplomados, mas também medidas coercitivas em defesa da classe, que, para a sua própria perpetuidade, não poderia nem deveria jamais limitar-se aos primeiros ciclos de formação profissional.

Tenho honrado em muito a confiança a mim depositada pela classe contábil brasileira, especialmente pela colaboração edificante de todos os membros do Conselho Federal de Contabilidade. Sempre encontrei nesta Casa amigos dedicados, comprometidos e companheiros, os quais nunca me faltaram enquanto na Direção do Órgão Maior da Fiscalização da Classe. Ressalto a dedicação e o espírito público desses conselheiros sempre demonstrados no desempenho de suas atribuições.

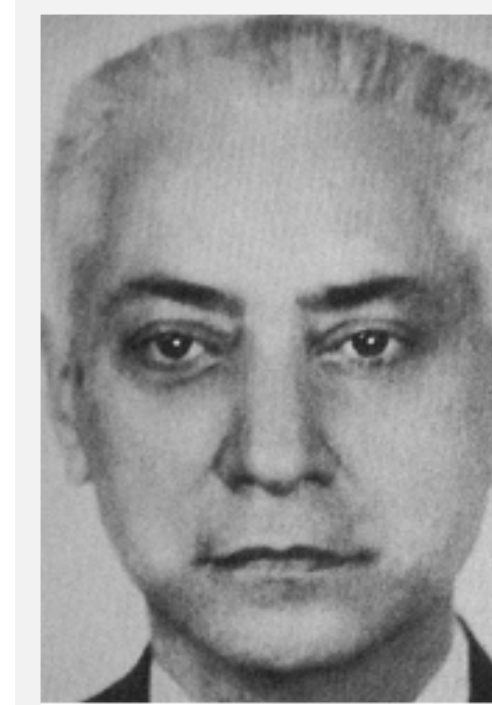
Nossa gestão tem sido pautada na valorização da classe. Ratifico que em minha administração sempre continuei lutando pela união e harmonia da classe. Essa tem sido a minha maior felicidade. Venho trabalhando muito para amainar uma certa animosidade da classe, observada a partir de uma luta extremada, cuja paixão tem acarretado desagradáveis reflexos tanto interna quanto externamente. Tenho a consciência de que tenho cumprido esse objetivo e sempre trabalharei na defesa dos contabilistas brasileiros.

³ Ata n.º 327, de 19 de outubro de 1961, folhas 1 e 2.

EDUARDO FORÉIS DOMINGUES

62

(1961/1969)⁴



Tenho me empenhado, continuamente, na solução dos problemas fundamentais do Conselho Federal de Contabilidade. Como membro do Conselho desde 1955, sempre defendi a tese de que a sua Presidência deveria ser confiada a um profissional liberal autêntico, desvinculado de qualquer emprego ou função de caráter público.

Ascendi de membro a presidente, como reflexo da vitória desse princípio. A ele conservei-me fiel, realizando uma administração que assegurou independência e autonomia à instituição, a qual, por isso mesmo, tem podido contrastar, inclusive as autoridades públicas, na defesa de seus assuntos e interesses.

Auxiliado por conselheiros dedicados e competentes, pudemos ampliar, significativamente, o rol das conquistas que se apresentam como a natural e inevitável destinação histórica do contabilista. Entretanto, uma das tarefas que elegi como angular ainda não pôde ser efetivada.

Com efeito, o diploma que rege a vida dos Conselhos de Contabilidade data de 1946. Está desatualizado, de corpo e alma. Para reformá-lo, ajustando-o às necessidades e imperativos da Instituição, reuniu-se, em 1962, uma Convenção Nacional dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cujos trabalhos utilizam um anteprojeto de lei que, acompanhado de ampla fundamentação, foi entregue ao Senhor Ministro do Trabalho, com pedido de encaminhamento ao Congresso Nacional. Aspectos de maiores transcendência e urgência envolvem o referido anteprojeto.

O Conselho Federal deseja afastar da composição de seu Colégio Eleitoral os Sindicatos e as Associações de Classe. São entidades distintas e com finalidades diversas, de modo que nada justifica a interferência sindical na vida do órgão supremo de fiscalização da profissão.

O Conselho Federal reivindica, à semelhança do que ocorre com os Regionais (Decreto-Lei n.º 9.295/1946, Art. 9º) e com o Conselho Federal dos Economistas Profissionais, o de Farmácia, o de Medicina, o de Odontologia, a Ordem dos Advogados do Brasil, o direito de também eleger o seu presidente.

⁴ Ata CFC n.º 375º, de 6 de julho de 1964 – folha 2.

IVO MALHÃES DE OLIVEIRA

(1970/1973)⁵



É com a maior satisfação que vimos congratularmos como os colegas que integram a nossa laboriosa Classe, ao ensejo do transcurso de mais um 25 de Abril – DIA DO CONTABILISTA. Desejamos, nesta mensagem, ressaltar a nossa confiança no futuro, que, à conta do exaustivo trabalho do presente, há de nos reservar a fórmula do engrandecimento. Numericamente a maior expressão no quadro profissional liberal do país, nossa função cada vez mais exhibe importância dentro da equação do progresso econômico nacional. A essa Presidência e, por seu intermédio, aos nobres contabilistas, o nosso abraço de confraternização e nossos votos de crescente êxito na vida profissional.

Nossa mensagem é a de maior união entre todos os profissionais da contabilidade em torno da defesa intransigente de nossas prerrogativas e da elevação cultural do contabilista. Orgulhamo-nos de poder continuar contando com o concurso dos CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE, desejando que se tornem eles cada vez mais atuantes na vida profissional, conseguindo bem desempenhar as funções que lhes foram cometidas.

Lembramo-nos de que há quatro anos, por ocasião de nossa posse, que transcorreu em ambiente quase de rotina, fizemos uma promessa: arregaçaríamos as mangas da nossa camisa, depois de tirado o paletó, e nos poríamos a trabalhar. Foi o que fizemos durante esses quatro anos. Acreditamos que os resultados, quando pesados, apresentam um saldo altamente favorável para nós. Deus ajuda a quem trabalha, já dizia São Mateus...

A luta travada não foi das mais fáceis. Inúmeras arestas tiveram que ser aparadas. A divisão da classe nos assustava. Não supúnhamos que estivesse como estava. Todos lutando no interesse comum, mas por caminhos diferentes, quando o mais lógico seria reunir os nossos esforços e trabalhar de mãos dadas, baseados no ditado de que a “união faz a força”. Era, como dizemos sempre, o desconhecimento que tínhamos da nossa força.

⁵ PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES DO CFC – Rio de Janeiro, 16 de abril de 1973 – Ofício-Circular n.º 23/1973 - Ref. Proc. 195/1970. Relatório do Presidente - 1970 / 1973. RBC n.º 4 - 1971.

Constatamos que, ao final de nosso mandato, obtivemos êxito em nossos objetivos, conseguindo que as diversas entidades mantivessem o diálogo, mas diálogo mesmo, em que todos têm inteira liberdade de falar, sem observar restrições de qualquer natureza, sem limitação de tempo para dizerem o que querem e o que pensam, de modo a permitir, àqueles que têm o poder de decisão, mais adequada solução para os problemas que estão sendo focados. O que administra tem obrigação de ouvir todas as opiniões e, não, obrigação de aceitá-las todas. Mas elas lhe servirão de base para concluir qual a melhor forma de resolver determinado assunto. Foi o que procuramos fazer.

Sabemos que não conseguimos satisfazer a todos. cremos, contudo, que conseguimos satisfazer a maioria, o que nos deixa com a consciência tranquila, certos do dever cumprido. Deixamos a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade em momento histórico na vida política do País. São dez anos de profundo e profícuo trabalho de nossos dirigentes que procuram, como diz o slogan, “Construir o Brasil”.

E eles o conseguiram. Tivemos a honra de dirigir o nosso Órgão máximo durante a administração do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Procuramos seguir-lhe os passos e conseguimos coroando nossa gestão com a criação do Fundo de Integração e Desenvolvimento (Fides), que integrou os chamados pequenos Conselhos ao conjunto nacional.

Perguntávamo-nos: por que nossos pequenos irmãos, membros de uma mesma família, precisavam mendigar para sobreviver, enquanto os irmãos maiores esbanjavam pujança econômica e financeira? Não foi fácil a solução do problema. Mas ele aí está praticamente resolvido.

Cabe agora zelar para que sua atuação se desenvolva com os objetivos a que se propunha, desde a sua criação. Foi implantado e já está dando seus frutos. Plantamos e fazemos votos de que nossos sucessores colham os frutos e não deixem morrer criação de tal magnitude. Ela é irreversível, como irreversível foi o plano de integração desenvolvido pelos Governos da Revolução, durante esses dez últimos anos de vida nacional.

Não nos preocupemos muito com os que recebem. Dar sem saber a quem, diz o Evangelho. Mas nós sabemos a quem. Damos a quem, como nós, é contabilista com o poder de mando em suas respectivas regiões. Estamos certos de que não nos decepcionarão. Não temos medo de errar em nossa afirmativa.

Nossos contatos com eles durante esses quatro anos nos permitem prever que cumprirão com os compromissos de honra que assumiram e virão assumir perante o Fides, perante seus companheiros que a eles destinam parte de sua renda, certos que a nossa tarefa é uma tarefa comum e necessária na defesa dos interesses da classe que representamos.

Nosso Conselho atravessou, como todos os Conselhos Regionais, uma fase de estuendo trabalho. Nosso exemplo produziu os resultados que esperávamos, e a nossa classe está se valorizando, cada vez mais, através do reconhecimento e valorização do trabalho que executamos. Os que administram – no setor público e no privado – olham para o contabilista como olham para aquele modesto e humilde trabalhador que,

sentado à escrivaninha, sob um foco de luz, passava horas e horas executando, em silêncio – como o mineiro – suas tarefas que iam desde o trabalho de servente (eram os primeiros a chegar e se viam na obrigação de espanar suas mesas), passando pelo de mensageiro (entregavam e pagavam contas em bancos, etc.) até o de assistente técnico de administração, quando eram chamados a se pronunciar sobre os mais diferentes assuntos – problemas de pessoal, envolvendo a nossa complexa legislação de previdência, assuntos de natureza jurídica antes de serem encaminhados ao advogado da firma, “palpites” sobre problemas de engenharia até medicina, quando nos perguntavam que remédio tomar em determinadas ocasiões. A explicação era fácil. Estávamos sempre à mão. E, na maioria das vezes, resolvíamos os assuntos, poupando tempo àqueles que administravam.

Nosso trabalho era uma fábrica de úlceras e de enfartes, sem, contudo, termos as compensações a que fazíamos jus. Felizmente a mentalidade se modificou, não só pelo reconhecimento dos que administram, da necessidade que têm de nossa mão de obra, sem a qual lhes é impossível tomarem conscientemente as decisões que devem tomar, como também pela elevação do nível cultural dos contabilistas.

É preciso, porém, que encetemos uma campanha intensiva, de ordem nacional, para que nossas Faculdades de Ciências Contábeis recebam um maior número de alunos; para que esse número seja superior ao número de professores que nelas trabalham, pois em algumas escolas, só chegam a receber diplomas 8 ou 10 alunos.

E a nossa próxima tarefa, fora da Presidência do Conselho Federal, é ajudar nossos companheiros que procuram despertar nos jovens o interesse por tão importante profissão que tem um mercado de trabalho como nenhuma outra.

Num momento em que nossa profissão começa a atingir a posição que realmente merece, em que as faculdades de Ciências Contábeis crescem em número e as matrículas e frequências sobem em número surpreendente para alguns, para nós se constitui na positivação que, de longa data, vimos afirmando que o bacharelado em Ciências Contábeis constitui a escolha do caminho mais certo no rol das profissões liberais e

a de futuro mais promissor num Brasil que caminha passos largos, aceleradamente para o desenvolvimento mais espetacular de que se tem notícia entre as nações do mundo. Mas sem o elemento que faculte à administração, quer pública, quer privada, condições de conhecer o ritmo desse progresso, todo o trabalho será em vão, todo o esforço estará perdido.

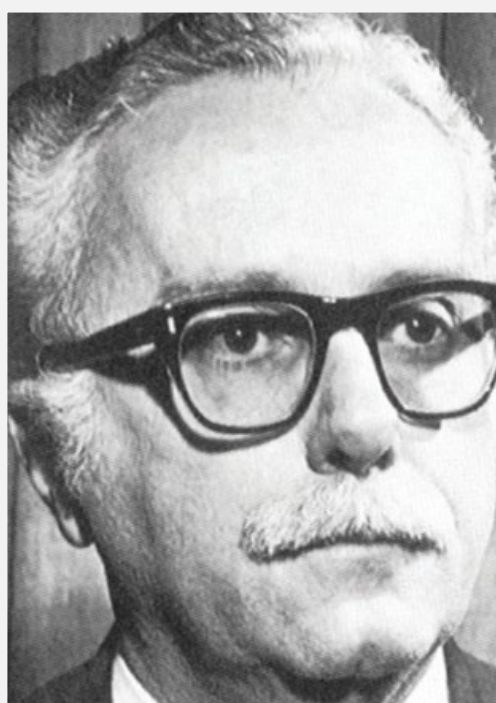
Esse elemento – o contabilista – tem, contudo, que aprimorar seus conhecimentos, aperfeiçoar seus métodos de trabalho, adaptando-os à atual conjuntura em que a cibernética apressa o conhecimento das coisas, suas causas e conseqüências possíveis, num auxílio inestimável ao elemento humano. É preciso repetirmos que o Contabilista, sobretudo os de nível superior ou a eles equiparados, acompanhe esse vertiginoso progresso. Se assim não for, nossa profissão será uma atividade em extinção e outros se encarregarão de nos substituir.

É necessário fundamentalmente que atuemos em clima de paz entre nós mesmos. Que conjugemos nossos esforços para refutar aberrações que se constituam em vilipêndio às nossas prerrogativas legais, como, para não citarmos outras, as que constavam do anteprojeto do novo Código Civil.

Por isso tudo, estamos convictos, de que nossos empenhos na árdua luta que temos pela frente se somarão e, dentro do espírito do dito popular “união faz a força”, sairemos vitoriosos.

YNEL ALVES DE CAMARGO

64

(1974/1977)⁶

No artigo do mestre Francisco D'Auria, Brasileira de Contabilidade de abril, maio e junho de 1933, há conceitos que, decorridos quarenta e três anos, ganharam riqueza e se exponenciaram, justificando sua enfática repetição a título de estalão para medida do que realizamos ao longo desse quase meio século de caminhada profissional. Proclamava o eminente professor:

A classe dos contabilistas é numerosíssima no Brasil, e dentre seus membros conta vasta legião de empregados nos escritórios comerciais e na administração pública. Além destes profissionais empregados, começa a esboçar-se o livre exercício da profissão. Os escritórios técnicos de contabilidade estão surgindo dia a dia. E que a função desta disciplina é de auxiliar e instrumento poderoso das administrações econômicas, e, à medida que se desenvolvem as atividades materiais do país, mais se faz sentir a sua utilíssima cooperação orientadora. Função primordial da contabilidade é a definição da riqueza administrada, nos seus aspectos específico, jurídico e econômico. No desempenho desta função os contabilistas do Brasil têm ainda limitada a sua esfera de ação.

Tenho sustentado que o progresso da contabilidade é função do desenvolvimento econômico. Aí está a provar o asserto o que dispõe o nosso encanecido código comercial a respeito da contabilidade do comércio. Ele reflete a incipiente organização da nossa atividade econômica de 1850. As aplicações variadas da contabilidade industrial, o mecanismo bancário moderno, os diversos aspectos da troca produziram adequadas organizações de contabilidade, evidenciando o seu notável progresso. Precisávamos de homens preparados nas disciplinas comerciais para ir ao encontro do desenvolvimento gigantesco que as nossas atividades alcançaram. O perito estrangeiro em contabilidade bancária e outros misteres foi sempre o santo que faz milagres. Os contabilistas Brasileiros eram os guarda-livros carranças das velhas formas diarísticas. Para esses

a magnitude do exercício profissional residia num ídolo: o diário. Era preciso agir e reagir. Agir para preparar os nossos técnicos; reagir, para deter a onda invasora dos peritos de além-mar. Como agimos? Fundamos escolas de comércio, as mais antigas são do começo deste século!,- iniciamos a nossa literatura de contabilidade – e a mais sadia não vai além da época da fundação das escolas. E como reagimos? Preparando-nos tecnicamente, em primeiro lugar– hoje possuímos profissionais que ombream com os mais competentes de outras bandas – protestando publicamente contra a inexplicável preferência dada aos peritos – de nomes arrevesados –como dizia o inolvidável Carlos de Carvalho. Fizemos, democraticamente, a nossa defesa, ou melhor, com o nosso próprio esforço fomos colocando em nível mais elevado o profissional brasileiro.

Em seguida, desenvolvia considerações que merecem destaque:

Não seria o bastante porém, necessitaríamos do elemento poderoso da lei para amparo dos nossos direitos, para a regularidade do exercício profissional. E a lei veio. Não como devia ser, mas sempre foi um passo para a definitiva regularização profissional. A lei que regulamentou a profissão de contabilidade está eivada de numerosos defeitos. O mais grave, insanável mesmo é a porta escancarada por onde entrou, em massa inconsciente e devastadora, uma caterva de falsos profissionais. A origem do mal é conhecida. Sendo de ontem a criação das escolas técnicas, o número de profissionais por elas preparados é inferior aos dos guarda-livros não diplomados, ou práticos, como difícil.

O impacto avassalador dessas afirmativas, enunciadas numa época que a voracidade gigantesca de uma evolução ciclópica se incumbiu de reduzir a simples registro que até a memória histórica apresenta esmaecido, reside no fato de sua plena atualidade.

Todos os problemas que naquele 1933 perdido na distância do tempo constituíam o desafio da classe e sobretudo, de seus líderes, repetem a problemática que nos envolve, condicionando o acesso aos portais que, via evolução, abrem a perspectiva da dimensão de grandeza profissional. Em termos sócio-econômicos, o Brasil é uma potência emergente, vencendo a escalada que conduz à cumieira, onde tem assento as nações que orientam os destinos da humanidade.

A nossa conjuntura efervescente espelha o resultado do gigantesco esforço de concentração muscular e nervosa, que arma e caracteriza o corpo no flagrante do pulo-arremetida no anseio de escalar o obstáculo-abismo. Desenha-se no quadro que a fotografia da palavra, mesmo enriquecida pelo colorido avivado da melhor adjetivação, só consegue retratar em modelo reduzido.

A própria evolução, acossada pela pressa de uma velocidade que se torna vertigem, exhibe, em suas paredes de sustentação, as rachaduras que atestam a sobrecarga do conteúdo sobre o continente. A evolução faz-se revolução. A estrutura orgânica e o sistema funcional do País contorcem-se nos extertores da grande delivrance evidenciadora das ultrapassagens que procuram atalhar as distâncias na caminhada rumo ao Brasil grande.

⁶ Discurso - RBC n.º 18 – 1976 página 79.

cisco D'Auria, no magnífico trabalho o e 1933, proclamava que era preciso “agir e reagir”. Exatamente o que necessitamos e estamos fazendo hoje. Agir no sentido de compatibilizar direitos e deveres, adequando as prerrogativas à formação educacional. Reagir para evitar que a continuidade do sistema vigente, responsável pelo quadro que vem assegurando prevalência ao estudo da contabilidade em nível médio, acabe liberando nossa área básica de atuação a outras profissões próximas, de formação exclusivamente universitária.

Agir para restabelecer o império da lógica do bom senso, restaurando o casamento das prerrogativas com os conhecimentos, a estes assegurados a posição de cabeça do casal, já que árbitro e medida daquelas. Reagir para garantir, de fato, o domínio que, de direito, pertence ao contabilista, segundo a partilha legal que responde pela divisão e demarcação das atividades dentro do universo das profissões liberais.

Na data em que nosso dia se torna cinqüentenário e em meio às festividades onde nos damos as mãos para comemorar o significativo evento, abre-se oportunidade para a decisiva tomada de consciência sobre o problema que nos desafia, ameaçando nossa própria vida como categoria profissional liberal. Uma das profissões mais antigas chega primeiro ao marco assinalador do jubileu de ouro do dia que lhe é consagrado, carregando notável patrimônio de realizações em prol da sociedade que integra e onde milita.

Apesar das dificuldades onipresentes no campo do trabalho que a divisão social de encargos nos endereçou, podemos afirmar que é positivo o resultado do balanço destinado a apurar o desempenho social de nossa classe. A terrível distorção imposta pela inadequada atribuição legal de prerrogativas, embora nos venha ocasionando problemática tormentosa, que cresce em progressão geométrica, não logrou nos infringir a derrota que seria de se temer.

Não nos têm faltado garra e força determinação para nos defendermos da situação adversa, mantendo ainda intocadas as fronteiras que delimitam o território que nos pertence no disputado mundo profissional liberal. Socorreu-nos a sensibilidade para fazer soar o alarme denunciador do problema maior que nossa história registra, apresentando às autoridades competentes a fórmula resolutive adequada.

Temos conseguido energia para superar o desânimo a que somos naturalmente levados face à ausência de resposta do Governo ao apelo para aprovar a solução que lhe encaminhamos e que há de se constituir a carta de alforria do profissional e da profissão no Brasil. Infelizmente ainda registramos déficit na área da união incondicional capaz de fazer a soma integrada na unidade monolítica.

O acessório e o secundário têm alimentado dissensões que abrem fendas na estrutura da união em torno do principal. Vamos nos redimir desse pecado, afastando o não menos que compromete o mais. Vamos alcançar o que nos falta, somando-nos com o sentimento com que nos abraçamos na cordialidade desta confraternização, em torno da chama que ilumina a festa do cinqüentenário do Dia do Contabilista. Na quadra histórica em que, à base de dramática concentração de forças e esforços, nos arremetemos em busca da conquista maior – a aprovação da nova lei orgânica da profissão não há de nos faltar e não nos faltará a dimensão de grandeza indispensável a compor a grandeza da dimensão de nossa maioridade.

Permanecemos, tal qual éramos ao tempo de Francisco D'Auria, uma classe numerosíssima. “Prosseguimos desabrochando para o livre exercício da profissão” no sentido liberal, especialmente nas áreas novas que o desenvolvimento da economia vai tornando mais atrativas. Mais do que nunca o “progresso da contabilidade se apresenta como função no desenvolvimento econômico”. O “diário”, sob muitos aspectos, ainda é o “ídolo” que levou D'Auria ao notável conceito dos contabilistas como o “guarda-livros carranças das velhas formas diarísticas”.

Tal qual naquele 1933, “necessitamos do elemento poderoso da lei para a regularidade do exercício profissional”, apenas que agora o problema é mais grave e complexo do que o que então se apresentava face à prevalência dos práticos sobre os diplomados. Assim como lá o progresso impôs a regulamentação do ensino, de modo a assegurar que o contabilista passasse a ser o produto da cultura racional e metodicamente ministrada, ao invés de permanecer como o resultado da prática empiricamente acumulada em aprendizado, agora a evolução exige que, entre os dois níveis de ensino endereçados à formação profissional, o superior receba meios capazes de lhe assegurar prevalência sobre o médio.

Lá, os personagens eram o diplomado e o prático, este predominando sobre aquele, ressaltada a evidência de que a solução estaria na inversão da situação. Agora, a equação que nos desafia está armada no âmbito da atribuição de prerrogativas profissionais, com reflexo na área do ensino. A defeituosa alocação dessas prerrogativas, feita pelo Decreto-Lei n.º 9295/1946, instaurou grave distonia com vigoroso estímulo à formação profissional em nível médio e, em natural contrapartida considerável desestímulo à formação profissional em nível superior.

Enquanto o progresso do País seguiu o ritmo lento das duas décadas que se seguiram ao advento de nossa Lei Orgânica, o crescente prevaecimento quantitativo dos técnicos sobre os contadores não acendeu a luz vermelha que denuncia a existência de distorção. Pelo contrário, atento aos termos da situação anterior, onde o confronto se estabelecia entre práticos e diplomados, a disparada do número destes onde isso era possível e mais fácil – no campo do ensino médio – significou solução ao invés de problema.

Contudo, o avanço da evolução ao longo do progresso que nos retirou da sala do subdesenvolvimento para o estuário de potência emergente, projetou a contabilidade como técnica e ciência amarradas a valores cada vez mais localizados em nível superior. Os instrumentos que disciplinam o desempenho da economia a plena carga, sob regência de legislação cambiante e complexa, reclamam da contabilidade refinado adestramento, cada vez mais compatível com os conhecimentos que se tornam apanágio curricular das Faculdades.

Essa enorme reviravolta que vem ocorrendo nos fatos integrantes do quadro da conjuntura ainda não logrou sensibilizar a legislação regulamentadora da profissão, que, na contra mão, prossegue sua marcha inexorável. Em conseqüência, estamos vivendo a terrível distonia de a evolução reclamando, cada vez mais e com maior veemência, profissionais de formação superior, e a estrutura do ensino acoplada à lei orgânica da profissão, respondendo, cada vez mais e com maior veemência, com profissionais de nível médio.



75 Anos – Uma História Brilhante

XVI

NILO ANTONIO GAZIRE

(1978/1982)⁷



A Contabilidade, singularmente, é tão velha quanto jovem. Nasceu para servir ao homem com o fim de medir e controlar sua riqueza material. Nesse aspecto, sua origem quase se perde no tempo. Hoje atua na vanguarda do progresso, verificando e registrando o que foi feito, como que possibilita a mais segura previsão sobre o que vai ser feito.

A Contabilidade registra, dia-a-dia, a situação de cada empresa, o que permite levantar, ao fim de cada ano, seus respectivos balanços, de cuja totalização resulta o balanço nacional, que informa sobre nosso avanço em termos de desenvolvimento. Ao executar esse trabalho paciente e delicado, também realiza, em âmbito privado, importantíssima tarefa de administração fazendária.

A contabilidade e o profissional que a exercita correm disparados a maratona exigida por sua condição de ponteiros do desenvolvimento. Por ser tanto ciência quanto técnica, e também arte, a Contabilidade ao mesmo tempo que executa o presente, operando o dia-a-dia que faz a empresa, cuida do futuro, à base da previsão e da conseqüente provisão.

Sua evolução, sobretudo ao longo do processo de desenvolvimento econômico, chega a ser vertiginosa. Apenas para exemplificar, citaremos a correção monetária, que foi concebida para permitir a mais suportável convivência com a inflação – esse flagelo que ocupa a incômoda posição de constante na história de nossa economia.

Aos contabilistas o Estado confia a tarefa de aplicá-las, vencendo as muralhas das dificuldades que desafiam o próprio desafio cultural. Apesar dos problemas de formação educacional que enfrentamos, máxime porque a maioria se situa em nível de ensino de 2º grau, temos marcado tento em todas essas oportunidades, exibindo notável capacidade, inclusive de improvisação. Tais verdades, que estão no cotidiano quase rotineiro da vida, devem ser proclamadas.

É preciso que os homens tenham consciência do quanto faz o contabilista em prol da organização social de que depende a vida e o progresso do País. Gostaríamos, também, de esclarecer a razão de ser e de agir dos Conselhos. Infelizmente, até no meio profissional isso é ignorado.

No desempenho de sua função básica – a fiscalização do exercício profissional – ostentam em realce duas atribuições maiores: a defesa da área legalmente reservada aos profissionais e a vigilância para manter, dentro da comunidade profissional, adequados padrões éticos de conduta.

Para realizá-las, os Conselhos registram os profissionais, conferindo-lhes, com a carteira que lhes expede, o passaporte que autoriza o exercício da profissão. Identificados os que podem exercer a profissão, torna-se possível localizar os que, leigos, se aventuram ao seu exercício ilegal. O registro em Conselho de Contabilidade constitui, pois, condição básica de defesa do profissional. A classe precisa ter mecanismos eficientes de autodepuração. Essa tarefa delicada e penosa incumbe aos Conselhos, que também funcionam como Tribunais Éticos.

Os Conselhos são os contabilistas controlando e julgando os próprios pares. O sistema já logrou consagração, sobretudo porque garante a prevalência que logicamente deve ser e que praticamente é o melhor: o critério do profissional para apreciar a conduta do profissional, o que significa a aliança da ciência com a consciência. Somos a classe mais numerosa do Brasil e estamos localizados na cabine de comando do desenvolvimento; exatamente por isso precisamos alcançar e manter a condição de melhores.

Nossa mensagem aos companheiros é no sentido de que cada um individualmente e todos congoçados na classe tenhamos consciência desse dever de sermos, senão os melhores, pelo menos sempre melhores, de modo a podermos responder, à altura, ao desafio que o progresso nos endereça, cientes de que para isso são indispensáveis a cultura, que alarga as fronteiras do saber, e a honestidade, que compõe os padrões desejáveis de comportamento ético.

⁷ RBC n.º 29 – ano 1979.

JOÃO VERNER JUNEMANN

(1982/1985)



Minha vida profissional sempre esteve voltada à Contabilidade. Na adolescência, quando surgem dúvidas sobre qual profissão a seguir, tive importante orientação de meus pais, no sentido de buscar uma certificação profissional, o que me fez optar pelo curso Técnico de Contabilidade e, após a sua conclusão, tomando gosto pela Contabilidade, ingressei na faculdade de Ciências Contábeis na PUC-RS, onde concluí a graduação.

Paralelamente, sempre trabalhei em diversas atividades vinculadas diretamente à minha formação. Inicialmente como “trainee” na General Electric, no Rio de Janeiro, posteriormente, na empresa multinacional Zivi Hercules, como assistente da Diretoria.

Outras atividades, sempre vinculadas à profissão, fizeram parte da minha vida, destacando-se o magistério superior na área contábil, a realização de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, auditoria e atuação como membro de conselho de Administração e de Conselho Fiscal de estatais e, também, em comitê de Auditoria Estatutário, na área bancária. Foram experiências muito gratificantes, as quais me levaram a buscar novas alternativas, em sucessivas posições em empresas privadas, de atividades comerciais, bancárias e industriais.

No âmbito classista da nossa profissão, percorri os primeiros passos no Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, onde ingressei a convite do Contador Uri Consul Ferreira e em cuja entidade dei minha contribuição por muitos anos. Nessa ocasião, tive contato com um extraordinário entusiasta da profissão contábil, o contador Zilmar Bazerque Vasconcelos, que teve atuação marcante para o surgimento do Decreto-Lei n.º 9295/1946, tendo ele depois presidido o CRCRS, nos mandatos de 1950, 1955, 1957 a 1965. Ambos os colegas citados, pelo seu entusiasmo contagiante, despertaram-me a importância da vivência classista para o fortalecimento da profissão contábil.

Na década de 70, por iniciativa de um grupo de professores do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do professor e contador Edgar Saúl Correa de Oliveira, participei da formação de uma chapa para concorrer nas eleições de renovação de membros do CRCRS.

O grupo tinha um projeto abrangente, e um dos seus pilares era o aumento do grau de representatividade do CRCRS perante a nossa sociedade em geral e, em particular, os colegas profissionais do nosso Estado. Entre as metas propostas, bastante ambiciosas para a época, figuravam: construir uma nova sede (o CRCRS foi o primeiro CRC do país a ter uma nova sede); reformular administrativamente o CRCRS; incrementar e dinamizar a fiscalização do exercício profissional em todo o estado; contratar fiscais profissionais da contabilidade (até então se entendia, por razões que não concordávamos, que o fiscal deveria ser um leigo em contabilidade); aproximar o Conselho das instituições de ensino médio e superior; e, nas reivindicações da profissão, atuar em conjunto com as nossas entidades.

Eleitos, todas as metas foram rigorosamente cumpridas e ampliadas nos anos subsequentes, passando o CRCRS a ser reconhecido como uma liderança nacional. Após o nosso mandato no CRCRS (1974 a 1977), fomos escolhidos, com o apoio de todas as entidades da classe contábil do Rio Grande do Sul, para concorrer como conselheiro do CFC, tendo sido eleita a nossa chapa.

No Conselho Federal, desempenhamos 3 (três) mandatos: o primeiro de 1978 a 1981, o segundo de 1982 a 1985 (neste como presidente) e o último de 1986 a 1989. Sempre tivemos atenção e todo o nosso empenho para que o CFC cumprisse efetivamente as suas funções, legalmente estabelecidas, em especial a da fiscalização do exercício profissional. Nessa linha, apoiar e facilitar o cumprimento das ações dos Conselhos Regionais foram alguns dos pontos fundamentais da nossa gestão na Presidência.

A estruturação da área de Fiscalização nos CRCs e a dinamização das respectivas atividades, enfraquecidas, ou às vezes até inexistentes por falta de recursos, mereceram a nossa especial atenção. Além disso, um dos primeiros atos, no primeiro ano da nossa gestão na Presidência, em 1982, foi o de regularizar a situação de sedes de Regionais, doando-lhes os respectivos imóveis em que estavam instalados. Os CRCs de Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe foram os contemplados.

Destaco também na nossa gestão a criação, em 1982, da Coordenadoria Estadual do CRCMT, com jurisdição em Mato Grosso do Sul, o que foi o embrião para o nascimento do CRCMS, em 1985, último ano do nosso mandato.

Na área da Ciência Contábil, foi instituído, em 1984, o Prêmio Conselho Federal de Contabilidade para Pesquisas Contábeis, com o fim de incentivar professores, estudantes de Ciências Contábeis, contadores e técnicos em contabilidade para a elaboração de trabalhos versando sobre a ciência e a técnica contábil.

No que tange às Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs –, foi dada ampla continuidade visando dar um norte adequado aos profissionais da contabilidade para o exercício de suas atividades diárias.

Entre as nossas conquistas, a aprovação da Resolução CFC n.º 560/1983, vigente até os dias atuais, definindo as prerrogativas profissionais de contadores e técnicos em contabilidade, foi um marco histórico da nossa profissão. Digna de registro também foi a aprovação das normas sobre procedimentos de Auditoria Independente de Instituições Financeiras e Entidades Equiparadas, fundamentada em trabalho do Ibracon e apreciada em conjunto por representantes do Banco Central do Brasil e do CFC.

Os 12 anos do nosso mandato foram dedicados, acima de tudo, à valorização e ao crescimento da nossa profissão, para ter o merecido destaque na nossa sociedade.

Por fim, ao ensejo dos 75 anos do início das atividades do CFC e dos demais Conselhos de Contabilidade, com um olhar retrospectivo, salta aos olhos o crescimento paulatino e sucessivo do Sistema CFC/CRCs.

A fiscalização do exercício da contabilidade, atividade principal nos termos da nossa lei de regência, o Decreto-Lei n.º 9.295/1946, por incrível que pareça, somente ao final da década de 70 foi efetivamente implantada de forma abrangente no País.

Atualmente, todos os Conselhos de Contabilidade, inclusive o CFC, tem setores de Fiscalização estruturados e atuantes, bem como com utilização de tecnologia, em um crescimento natural, dando os seus frutos em favor da nossa profissão.

A normatização de procedimentos, da mesma forma, atingiu patamares acima do esperado, servindo como uma luz para os profissionais da contabilidade, inclusive no que tange às normas internacionais de contabilidade.

Como CONTADOR atuante, há mais de 60 anos ininterruptos, vislumbro nichos importantes que podem ser consolidados e até conquistados como prerrogativa para os contadores, em especial, uma maior atuação na gestão de empresas, inclusive no assessoramento aos dirigentes de empresas privadas e órgãos públicos, atuação em conselhos fiscais e conselhos de administração, comitês de auditoria, auditoria contábil, perícias de natureza judicial e extrajudicial.

Com muita satisfação, podemos afirmar que a profissão contábil atingiu, ao longo dos anos, a mais alta credibilidade perante a sociedade, mercê da atuação de muitas entidades da nossa classe e, em especial, dos atos e esforços de sucessivas gestões no CFC e nos CRCs de todo o País.

MILITINO RODRIGUES MARTINEZ

(1986/1989)⁸



Os Conselhos de Contabilidade nasceram e vivem para fiscalizar o exercício da profissão. A lei assim o declara em consonância com a realidade a que disciplina. Com efeito, considerada que, por seus valores intrínsecos, a Contabilidade é de interesse maior para a vida social, seu exercício passou a ser privativo daqueles que, pela conclusão de curso regular da estrutura do ensino, a lei atribui presunção de conhecimento.

Assim, só aquele que prova que sabe é que pode exercer a profissão. Quem não é profissional, é leigo. Para identificar o profissional e, conseqüentemente, quem não o é, os Conselhos de Contabilidade instituíram e aprimoram os registros. A profissão pode ser exercida isolada ou individualmente e associada ou coletivamente.

Os homens, para a realização de empreendimentos econômicos, unem-se em sociedades. O mesmo ocorre no campo profissional. Para melhor organizar o desempenho da atividade em escala superior às forças de cada um, isoladamente, associam-se. Os registros abrangem os profissionais e as sociedades que formam para explorar a atividade.

A primeira condição para poder fiscalizar é a existência do registro. Sabendo quem é profissional, é possível agir para impedir que quem não o é exerça a atividade. O registro não é e não deve ser encarado como obrigação penosa do profissional, mas é meio indispensável à defesa profissional de sua privacidade sobre as prerrogativas.

Essa fiscalização, embora localizada dentro, endereça-se mais à parte externa do campo profissional. Melhor dizendo, localiza-se na porta de entrada. Há outra, tão ou mais importante, sendo a que incide sobre o profissional, com a finalidade de verificar se atua corretamente no plano ético e adequadamente no campo técnico.

Não basta que o profissional tenha conquistado tal condição depois de alcançar presunção de que sabe exercer a profissão, através da conclusão do respectivo curso, mas precisa saber realmente. Além de saber, deve exercitar esse saber, segundo regras de conduta que o façam merecedor de respeito da comunidade onde trabalha e da coletividade

profissional de que faz parte. Tais regras de conduta, que a vida ensina, estão corporificadas no Código de Ética. Não só complexa, mas, sobretudo, delicada é a arte de fiscalizar o exercício da profissão.

Na ação de triagem, é preciso não nos convertermos em “leões de chácara”. Urge diplomacia para retirar de campo os profissionais de profissões vizinhas que invadem nosso território. É sempre preferível a ação preventiva, esclarecendo bem o que é de cada um, de modo que cada um se limite ao seu. A sutileza consiste em reencaminhar o invasor para a casa profissional que lhe é própria, ao invés de expulsá-lo da nossa. Embora o resultado seja o mesmo, os meios são profunda e essencialmente diversos.

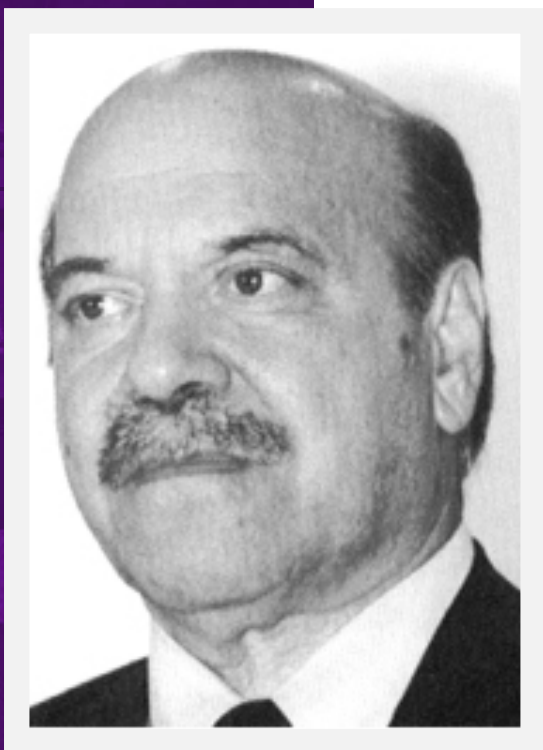
A fiscalização endereçada à conduta ética e à atuação técnica do profissional deve ser essencialmente educativa, admitida a punição somente como recurso extremo. Ideal seria aconselhar e ensinar o primário, jamais puni-lo. De modo geral, o recuperado agradece a lição. O punido odeia a punição. Ao julgar é preciso aguçar a sensibilidade para distinguir o erro culposos, provocado pelo desconhecimento ou mesmo pela negligência sobre o que deveria ser conhecido, do erro doloso, onde a malícia comanda o espetáculo. Somente para estes deveria caber a punição, que reprime, reservando àqueles o aconselhamento, que reendereça ao caminho certo.

Os Conselhos, que são a forma inteligente dos profissionais fiscalizando os próprios profissionais, só estarão à altura da grandeza dessa concepção de categoria dona de si mesma se e enquanto fizerem da fiscalização instrumento voltado mais para a educação do que para a punição.

⁸ RBC n.º 61 (ver o ano).

IVAN CARLOS GATTI

(1990/1993)⁹



PRESTANDO CONTAS

Esta minha última fala como conselheiro e presidente do Conselho Federal de Contabilidade é mais relatório com prestação de contas do que discurso. Daí o porquê de utilizar muito a primeira pessoa do singular. Em termos de assumir responsabilidade, o eu diz mais do que o nós.

Para ser didático, distinguirei três momentos: o primeiro chamarei pré-eleitoral e eleitoral; o segundo designarei de preparação para a revolução; e, finalmente, o terceiro denominarei “revolução em marcha”.

Quando ainda presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, recebi o apoio de meus companheiros para ser candidato do Rio Grande do Sul ao Conselho Federal.

Tomei algumas decisões consideradas audaciosas por uns e revolucionárias por outros. Decidi que só me interessava chegar ao Federal se, simultaneamente, conseguisse ser seu presidente.

Se corresse por dentro, com meu nome incluído na chapa organizada pela situação, só poderia almejar a Presidência depois que, aclimatado no Conselho Federal de Contabilidade, lograsse apoio da maioria.

A regra sempre foi a de que, para ser presidente se fazia necessário pelo menos um mandato de conselheiro como conselheiro. Como a praxe sempre foi o presidente ser reeleito de modo a ter tempo suficiente para realizar obra consistente, só poderia chegar à Presidência se fosse reeleito conselheiro. Não desejava isso. Sou homem programado e minha programação não tinha lugar para isso.

Resolvi correr por fora. Como nasci para lutar, saí em campo Brasil afora. Não foi preciso muita linha para costurar chapa com apoio suficiente para vencer. Ajudou muito a imparcialidade do então presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Militino Rodrigues Martinez, profissional de rica história, notável competência e ética impecável.

Com meu grupo fui eleito conselheiro e, a seguir, presidente.

A revolução eleitoral estava realizada. Precisava iniciar a revolução administrativa. Comecei com profundas mudanças regimentais, substituindo a presidência presidencialista por autêntica presidência colegiada ou parlamentarista. Consegui, com isso, democratizar e, ao mesmo tempo, reforçar o poder. Juntos, o presidente e quatro e, depois, cinco vice-presidentes fizemos mais e melhor do que poderia só o presidente.

Havia muito o que fazer, mas a receita do Conselho Federal de Contabilidade mal dava para tocar as tarefas de rotina.

Se me deixasse sucumbir pelo peso negativo de lei que nos impunha receita regressiva através do MVR, conseguiria realizar menos do que meus antecessores, e a revolução que pretendia ficaria no plano neutro da intenção.

Pedi ao consultor jurídico que estudasse meio capaz de circundar a Lei n.º 6.994/1982, permitindo ao Conselho Federal de Contabilidade estabelecer o valor da anuidade, realisticamente. Ao responder que não havia como chegar a semelhante resultado, perguntei-lhe se, na hipótese de partir para o confronto com a lei, o advogado e, não, o consultor estaria a meu lado para o que desse e viesse. Sua resposta foi afirmativa e firme.

Parti para o que uns diziam ser temerária aventura e outros consideravam fascinante ventura.

Confiava em que a lei não pode caminhar na contramão da realidade, chocando-se com ela. O órgão, pela natureza de função que exerce, não poderia morrer de inanição por efeito de lei burra, que, para atender a despesas crescentes, estabelecia receita decrescente.

A luta judicial converteu-se em guerra de guerrilha em alguns Conselhos Regionais de Contabilidade, e todas as batalhas foram firmemente enfrentadas.

Assim consumei a segunda revolução: os Conselhos, que mal tinham para o mínimo essencial conseguiram o bastante para tudo.

A essa altura o Conselho Federal de Contabilidade estava preparado para a maior das revoluções: a cultural. Já a havia iniciado pela Revista Brasileira de Contabilidade (RBC). Esta, uma boa revista, precisava tornar-se a melhor do País. Para isso, reclamava um banho de butique e uma escalada de qualidade. Coloquei-me em campo para conseguir as duas coisas. A apresentação da Revista Brasileira de Contabilidade foi ganhando visual capaz de agradar aos mais exigentes. Sua qualidade acompanhou a evolução estética. Contudo, uma revista boa e bonita teria que alcançar maior circulação: com muito esforço sua edição pulou de 2.000 para 20.000 exemplares. A essa altura os custos começaram a preocupar. A nossa Revista teria que superar a fase da distribuição gratuita para o regime de assinatura paga. Embora reconhecesse que esse desafio podia ser considerado uma audácia, decidi enfrentá-lo, e não deu outra: a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) conseguiu o milagre da autossuficiência graças ao pagamento pontual de mais de 20.000 assinantes.

⁹ RBC n.º 85 – dezembro de 1993 ano XXII.

Entretanto, minha grande batalha estava nos cursos. Quem fiscaliza precisa desempenhar função educativa. Só autuar e punir lembra o medieval. Antes de exigir, é importante ajudar a cumprir. Partindo praticamente do zero, o Conselho Federal de Contabilidade deu gigantesco salto, cujos números bem expressam: 2.699 cursos com 142.425 participantes em 1993.

Na primeira fase, o Conselho Federal de Contabilidade fez tudo: planejou, programou e ministrou cursos de interesse da classe. Rapidamente concluímos que, embora estivéssemos dando bom recado, precisávamos, devíamos e podíamos fazer mais, muito mais. Procuramos e encontramos parceiros, trabalhando com mais racionalidade e eficiência.

O Conselho Federal, em trabalho conjugado com os Conselhos Regionais, é hoje uma autêntica, respeitável e respeitada instituição de ensino. Isso não apenas bom, porque é ótimo.

Quando a revolução cultural já caminhava bem, comecei a me deixar fascinar pela ideia de realizar mais uma audácia na minha gestão: transferir o Conselho para Brasília.

De início pareceu-me overdose, pois para tocar tudo o que estava sendo feito sentia que meu tanque de energia, normalmente de reabastecimento fácil, já reclamava combustível.

Contudo, o novo desafio aparecia como autêntica sereia, com canto que me agradava aos ouvidos e encantos que me seduziam os olhos. Embora não me faltasse ponderação para antever os dramáticos problemas que enfrentaria, arregacei as mangas e iniciei a batalha com empenho de guerra.

Tudo foi projetado e executado com velocidade capaz de confundir as adversidades e surpreender os adversários: simultaneamente, em operação que mais aparentava bélica, a transferência foi aprovada e disciplinada normativamente. Procuramos, encontramos e alugamos sede provisória, adquirindo as instalações básicas. Conseguimos o terreno ideal para a construção da sede, que poderia ser mais do que a melhor expectativa poderia esperar.

Nesse emaranhado de providências, consumamos a transferência física, de modo a anular qualquer manobra no sentido de adiamento ou até retorno. Corremos o risco calculado de desorganizar o órgão temporariamente: compensava pagar tal preço.

Para realizar grande objetivo, é preciso grandeza em tudo, especialmente coragem para assumir riscos.

Embora tenha sido mais do que uma corrida, por que verdadeira correria, o Conselho está na Capital de República em regular funcionamento e a construção de sua portentosa sede caminha mais rápido do que o programado.

Chego ao final do meu primeiro e único mandato de conselheiro e ao segundo de presidente com o sentimento de homem realizado. Isso é mais do que a certeza do dever cumprido. Ao programar-me para conselheiro e, desde logo, para presidente, programei-me em dose dupla. Considerei que ao homem motivado seria dado pretender até mais do que normalmente pode.

A motivação multiplica energias. Não é o tamanho das pernas que determina a extensão do pulo. É o impulso.

O homem só, isolado, mesmo quando motivado para ser super-homem, tem limitações. Para realizar grande, o homem precisa ter parceiros, e, para ter parceiros, precisa saber somar, com facilidade para converter soma em multiplicação.

Nessas operações, tenho convicção de que sempre fui bom. Sempre fui bom porque estou sempre pronto a me juntar a outros para ajudar. Não é só quando puxo na frente que sei somar para ser ajudado. Empurrando para auxiliar, sei dar as mãos e me agarrar para garantir a solidariedade da corrente.

Estou certo de que o muito realizado em minha gestão é produto do trabalho e, sobretudo, do esforço, da dedicação e do empenho da equipe de conselheiros, servidores e amigos que estiveram e permaneceram comigo desde a primeira hora.

Quando ao iniciar este relatório – prestação de contas, disse que iria empregar a primeira pessoa do singular e quis deixar claro que a responsabilidade é minha. Mas o resultado, essa enorme revolução que garante, para o Conselho Federal de Contabilidade, uma nova imagem, pertence à equipe. A todos agradeço, lembrando que, para quem realiza, o melhor agradecimento é a obra realizada, cuja história registra o nome dos que são seus autores e atores.

Até o ano 2000.

JOSÉ MARIA MARTINS MENDES

(1994/1997)

69



Quando assumimos a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade, em 25 de janeiro de 1994, o mundo vivia uma transformação nas últimas duas décadas daquele século, caracterizada pela rapidez das mudanças de todas as áreas do conhecimento humano, puxada pelo avanço tecnológico e pela adaptação no comportamento humano em busca de uma melhoria dos aspectos social e econômico.

Iniciamos o nosso trabalho com a plena certeza de que daríamos uma nova identidade à profissão contábil, ao investirmos na busca da elevação dos nossos profissionais a um lugar de destaque entre as profissões regulamentadas no Brasil.

Uma de nossas preocupações era a de aprimorar a área de educação, favorecendo a pós-graduação para os professores dos cursos de Ciências Contábeis e garantindo, conseqüentemente, um melhor nível de qualidade na formação de nossos profissionais; e implementar um grande Programa de Educação Continuada, no qual se incluíram alguns aspectos, entre eles, o envolvimento das Instituições de Ensino Superior, que, na época, abrigavam mais de 230 cursos de Ciências Contábeis no Brasil.

Já, com relação ao Sistema CFC/CRCs, amadurecemos a ideia de fortalecer as nossas entidades, visando elevar o conceito dos profissionais da contabilidade perante a sociedade. Para isso, fazia-se necessário conjugarmos esforços com o agrupamento de capital intelectual e de recursos materiais e financeiros por meio de um planejamento integrado, o qual iria contribuir para alicerçar o Sistema CFC/CRCs.

É certo que todas as ações em favor da classe contábil brasileira e da própria Contabilidade só foram possíveis graças ao denodo de todos os conselheiros do CFC, dos presidentes dos Conselhos Regionais e dos presidentes das entidades da classe contábil. Orgulho-me de ter convivido com companheiros leais e solidários, que jamais abriram mão de suas ideias e ideais.

Hoje, com essa mesma visão, estou convicto de que, unidos, continuaremos com o trabalho participativo, com o ideal de que os Conselhos

de Contabilidade formem, sempre, um sistema uno, integrado em propósitos comuns, assegurando a otimização dos fatores disponíveis e maximizando as chances de que os objetivos da classe contábil sejam sempre alcançados.

Além de trabalhar na promoção da união da classe no Brasil, investimos maciçamente na aproximação com os organismos internacionais, visando à harmonização das normas contábeis. A partir da abertura de novos horizontes, vislumbrando parcerias e novas trocas de experiência, orgulho-me de ter conjugado esforços para que os laços com entidades, como a AIC, Ifac, Gimcea, OMC e Iasc, se fortalecessem. No ano de 1997, após a homologação do Plenário do CFC, tive a hora de integrar a Diretoria do Cilea como vice-presidente, cumprindo a missão de favorecer a comunicação entre os países latinos e desenvolver estudos sobre a profissão contábil frente à globalização da economia.

Outro momento de muita satisfação e grande marco nos meus anos de profissão foi, sem dúvida, estar na posição de presidente do CFC durante a inauguração da sede da entidade em Brasília, em 20 de novembro de 1996.

O edifício-sede do CFC é uma obra resultante da perseverança, da obstinação da defesa de um ideal e da crença na capacidade de realização da classe contábil. Como ressaltei no ato da inauguração em meu pronunciamento, “a pedra sobre a qual se fundamenta, o ferro que sustenta seus pilares, a argamassa que mantém suas paredes são apenas o lado visível de uma bela obra arquitetônica. Junto a ela, invisível aos olhos de alguns, há uma outra estrutura, construída de matéria muito mais valiosa alicerçada sobre os fundamentos do querer, abstratos para muitos, infinitamente mais sólidos para nós. O Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade é esse edifício maior a congregar todos os profissionais da contabilidade deste imenso país”.

Dada a nossa grande e notória importância, nossos profissionais da contabilidade seguirão firmes, construindo outros edifícios contábeis nos próximos 75, pois são agentes do desenvolvimento econômico e protetores da sociedade.

Estou convicto de que todos nós estaremos sempre presentes em todos os setores da economia, seja na área pública ou privada, prestando as informações necessárias para manter a saúde das entidades e empresas. Somos profissionais da Ciência e dela nos valem, não apenas para nos mantermos atualizados, mas pela consciência de sua relevância para o progresso do Brasil.

JOSÉ SERAFIM ABRANTES

(1998/2001)

70



Ao longo desses 75 anos, temos observado a eficiência de um trabalho feito com estratégia e competência por todo o Sistema CFC/CRCs. Hoje, posso afirmar com segurança que tanto a classe contábil quanto os nossos Conselhos de Contabilidade amadureceram em todos os sentidos.

A Contabilidade cresceu muito de 1946 até os dias atuais, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Tudo isso graças ao trabalho realizado pelos Conselhos de Contabilidade e ao esforço persistente de gestões participativas. Desde que assumi a profissão, venho acompanhando de perto a sua evolução. Muitos conceitos obsoletos deram lugar a uma nova formatação de trabalho e ideais.

Além de cumprir com a sua missão precípua de fiscalizar o exercício profissional e de promover o registro de seus profissionais, é justo reconhecer que o Conselho Federal de Contabilidade tem buscado a plena valorização e aprimoramento permanentes da classe contábil por meio da educação continuada, realizando inúmeros treinamentos, encontros, palestras, cursos, congressos.

Graças ao trabalho de nossos Conselhos, chegamos a um novo profissional cada vez mais ciente da sua responsabilidade e do compromisso para com a sociedade brasileira, ao executar um trabalho ético, eficiente e transparente; um profissional que vem abandonando a perspectiva “de escritório” e dando lugar a uma visão mais ampla e moderna da realidade; um profissional que saiu de trás do *bureau* para ser formador de opinião, tendo a sociedade e a Tecnologia da Informação como aliadas.

Tenho a honra de agradecer não somente ao Sistema CFC/CRCs pelo trabalho calado na edificação das Ciências Contábeis, mas também aos seus sucessivos gestores, que não se deram por vencidos diante dos maiores desafios.

Desejo que, nas próximas sete décadas e meia, as gerações futuras possam reconhecer esse grandioso legado e trabalhar para edificar ainda mais as nossas honrosas entidades, adaptando-se aos novos tempos e dando os melhores exemplos de uma classe respeitada e digna de ser seguida.

Essas são ações efetivas para que o trabalho dos nossos profissionais se torne continuamente um instrumento eficaz para a proteção da sociedade e para o conseqüente desenvolvimento e progresso do nosso País.

Parabéns, Profissão Contábil!

ALCEDINO GOMES BARBOSA

(2002/2003)

71



A administração descentralizada e participativa, integrada com os Conselhos Regionais de Contabilidade e com as demais entidades, e a promoção de ações que dão maior visibilidade à profissão contábil e que ampliam a participação dos profissionais da contabilidade no contexto social e político do país constituíram os pilares centrais de nosso trabalho à frente do CFC.

A partir desta linha mestra, direcionamos todos os nossos projetos para o despertar da consciência do profissional da contabilidade para a sua maior participação social e política. A expressão bastante utilizada por mim – integração e cidadania – resume bem tudo isso. Estivemos muito atentos aos anseios da profissão, trabalhando sempre de forma harmônica e integrada, desenvolvendo, simultaneamente, uma série de projetos, entre eles a gestão administrativa, a educação continuada e a fiscalização do exercício profissional.

Nesse contexto, entendo que a valorização dos profissionais da contabilidade, por meio de ações concretas, seja na defesa de seus interesses como profissionais e cidadãos, ou na oferta de oportunidades para maior qualificação, por intermédio do Projeto de Educação Continuada, tem sido bandeira continuamente levantada pelo Sistema CFC/CRCs. A par dessas ações, é importante notar que a classe contábil tem respondido muito positivamente aos investimentos realizados por nossas entidades.

Esta é uma prova da maturidade da Contabilidade e de seus profissionais, que, a passos largos, constroem seu próprio futuro sem deixar de contribuir para o desenvolvimento de nosso País, na mais perfeita combinação entre responsabilidade profissional e social.

Por outro lado, nunca devemos nos esquecer de que a Contabilidade, como uma ciência viva, precisa se aprimorar sempre. Nesses 75 anos de Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, já enfrentamos muitos desafios (e ainda enfrentaremos nos próximos 75 anos), mas devemos continuar sintonizados com as tendências mundiais, vivenciando os novos tempos e as mudanças advindas, essencialmente, do campo da tecnologia e das normas internacionais de contabilidade. Essas são premissas básicas para nossa sobrevivência como profissional e como profissão.

Por isso, acreditemos sempre na nossa Ciência Contábil! Acreditemos sempre na nossa força, na nossa classe e nas nossas entidades! Se somos hoje uma categoria profissional de grande importância na sociedade é graças ao nosso competente trabalho – ético e transparente – e ao incansável incentivo do Sistema CFC/CRCs. Parabéns, Profissionais da Contabilidade! Parabéns, Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade!

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

(2004/2005 e 2014/2017)

72



Quando iniciei minha trajetória política na classe contábil, em 1987, tínhamos uma grande inquietação, a qual girava em torno da baixa autoestima, pois os profissionais, de modo geral, se achavam desvalorizados profissionalmente. Desde então, as sucessivas gestões do CFC, competentes e preparadas, vêm atuando em ações que têm buscado a permanente valorização profissional e o pleno desenvolvimento da classe contábil brasileira.

Assim, o foco das nossas gestões foi dar maior visibilidade à profissão contábil, a partir da busca de uma ampla valorização dos profissionais da contabilidade e de um incessante trabalho no reforço dos pilares de integração da profissão. No conjunto dessas metas, conseguimos incrementar uma arrojada política de educação continuada; solidificar a base científica contábil; fortalecer os Conselhos Regionais de Contabilidade; manter um diálogo mais afinado com os poderes constituídos brasileiros e com as entidades parceiras; e, principalmente, consolidar as Ciências Contábeis como uma ciência social, em que profissionais fossem respeitados e ainda mais valorizados perante o mercado e a sociedade.

Ainda, oportunizamos uma grande inserção dos técnicos em contabilidade no ensino superior e buscamos incessantemente a qualidade na formação dos professores de Contabilidade, mediante a viabilização de vários cursos de pós-graduação, tanto *lato* como *stricto sensu*. Podemos afirmar que hoje nossas IES estão muito mais bem preparadas para oferecer cursos de Contabilidade de excelência e formar profissionais capacitados para atender às demandas do mercado de trabalho.

Desde Luca Pacioli, a profissão contábil, com o seu dinamismo característico, tem sido convidada a executar novas demandas oriundas de uma sociedade cada vez mais exigente. Temos convivido com inúmeros desafios, e a cada superação saímos mais fortalecidos. Nossa profissão é hoje o que é graças ao bom combate de nossos precursores e ao trabalho intensivo de uma classe forte e determinada, que tem à mão a chave do conhecimento, inúmeros dispositivos legais e um “mar” de ferramentas tecnológicas.

Sem jamais ficar à margem do progresso, a nossa Ciência Contábil ainda tem muito por fazer e muito a conquistar, pois o campo da Contabilidade não se reveste de mera abstração teórica, de conhecimento estéril, mas, pelo contrário, existe um campo fértil em atos criativos e práxis transformadoras.

Entendo que, com a devida atualização dos conhecimentos, por meio da educação continuada, é que nossos profissionais estão conseguindo transcender, dia após dia, as paredes dos escritórios, atuando não somente dentro da lógica dos números, mas relacionando-os ao ambiente dos negócios. É dessa forma que galgarão, definitivamente, seu justo e merecido lugar no mercado profissional.

À luz da expansão das oportunidades, o Sistema CFC/CRCs tem oferecido aos profissionais oportunidades de uma formação mais ampla e de um conhecimento multidisciplinar, por meio de cursos, treinamentos e inúmeros eventos, dentro de uma visão holística do universo das ciências naturais, como economia, política e assuntos sociais.

Graças a um trabalho efetivo do Sistema CFC/CRCs, de seus presidentes e conselheiros, que sempre tiveram uma participação direta e marcante nesse trabalho, além das nossas entidades parceiras, hoje o profissional da contabilidade já é considerado um elemento-chave nas organizações, ao atuar como consultor e como ponte entre a administração e o gestor. Com efeito, esta é uma das conquistas mais importantes da classe contábil brasileira nos últimos anos.

A tecnologia também se tornou nossa grande aliada, oferecendo-nos grande agilidade nas informações digitais, modernas plataformas de trabalho, novos softwares, com o objetivo de se produzir mais com menos esforço e em tempo real. Assim, hoje o profissional tem à mão inúmeros meios para gerar informações muito mais precisas e eficazes.

Sabemos que o processo de transformação do cenário contábil, seja no campo profissional, seja nos conceitos legais, seja nas soluções tecnológicas, não aconteceu da noite para o dia, mas sou muito otimista com relação ao futuro de nossa profissão. Acredito que teremos, mais à frente, uma Contabilidade muito mais respeitada mundialmente.

Mas o total sucesso da profissão contábil dependerá da responsabilidade ética e transparente, da competência, da dedicação e da permanente atualização, aliado à mais importante chave e fonte de riqueza para a sociedade deste milênio, que é o conhecimento. Esse é o grande desafio desta e das próximas gerações de profissionais.

Assim, a partir dessa nova leitura da profissão, podemos afirmar que hoje o sentimento da baixa autoestima verificado na década de 1980 deu lugar a outro totalmente mais digno, que é o orgulho de ser um Profissional da Contabilidade. Parabéns, CLASSE CONTÁBIL! Parabéns, CONTABILIDADE! Parabéns, SISTEMA CFC/CRCs!

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM

(2006/2009)

“Non est Roma uno die aedificata.” (Virgílio)

Há exatos 75 anos, alcançávamos a consolidação definitiva da profissão contábil com a criação dos Conselhos de Contabilidade, por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, assinado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, profissão esta que começou a ser construída ainda no Brasil Colônia, quando Gaspar Lamego fora nomeado, em 1549, primeiro Contador-Geral das Terras do Brasil – coincidência, ou não, os dois “Gaspares” foram os maiores responsáveis pelo início de dois importantes momentos da Contabilidade brasileira.

Desde os primeiros movimentos, ainda nas primeiras décadas do século XX, liderados por diversas personalidades, como João Lyra, Paulo Lyra, Alberto Almada Rodrigues, Francisco D’Áuria e Frederico Herrmann, o patrimônio contábil vem sendo edificado, constituindo-se como peça fundamental e de alta relevância na contribuição do desenvolvimento financeiro, econômico e social do Brasil.

Ao garantirem uma página inolvidável na História da Contabilidade brasileira, essas articulações iniciais trouxeram em seu bojo o espírito modernizante daqueles que depositaram todas as suas fichas no processo de edificação da classe, da profissão e da Contabilidade como ciência do patrimônio. Por isso, a classe contábil será eternamente grata a esses luminares, ratificando sempre o leal compromisso de manter o coração no legado dos seus pioneiros e a mente no futuro da profissão.

E, ao conservar esse olhar progressivo, a Contabilidade caminhou muito mais além. Ela chegou ao ano de 2020 como uma sólida e estruturada PROFISSÃO, a qual, ao enfrentar inúmeros desafios e provas das mais diversas, soube galgar o merecido respeito da sociedade moderna ao buscar o seu próprio aprimoramento – é justo concluir que os desafios tornaram-na ainda mais forte.

A Contabilidade aprendeu muito nesse caminhar. Em verdade, com o passar dessas quase oito décadas, ela adquiriu a sua pedra angular graças à chave do conhecimento, passaporte que a favoreceu a ser uma das profissões mais demandadas do país e do mundo. Como afirma a sabedoria popular, “conhecimento é poder”.



E é essa mesma Contabilidade que nos abre portas para a aquisição de novos saberes, por intermédio da educação continuada, e que nos dá a oportunidade de construirmos, dia após dia, uma classe contábil pujante, com profissionais cada vez mais aguerridos em sua causa e cientes do seu potencial promissor.

Vimos trabalhando como leões contra a corrupção e seus tentáculos; mantemos a luta pela plena igualdade feminina no espaço contábil; batalhamos para livrar a profissão de estigmas obsoletos; concentramos esforços no sentido de garantir a união da classe; adotamos a tecnologia como grande aliada; e continuamos na busca por legislações que favoreçam a livre execução de nosso trabalho.

Essa é a face da nova Ciência Contábil. Essa é a nossa Contabilidade, antes colocada em segundo plano e que hoje vive o seu ápice pelo simples fato de que, com o seu desenvolvimento, passou a ser a controladora da saúde de empresas e governos. Jamais devemos nos esquecer da frase celebre do honrado mestre Antônio Lopes de Sá: “A colaboração que o contador pode dar à empresa vai muito além dos limites que a maioria dos empresários requer.”

Hoje podemos nos arrogar de dizer que vivemos os tempos áureos das Ciências Contábeis. Estamos sintonizados com o novo, o prático, o moderno e o tecnológico. Atinentes à profecia do ex-presidente do CFC Ivan Carlos Gatti sobre o “Contador do Ano 2000”, entendemos que a nossa profissão deve se manter “plugada” nos avanços da era digital, utilizando a tecnologia de ponta disponível para maior rapidez, segurança e eficácia do trabalho. Esta é chave para esse novo tempo.

E então como fizeram conosco nossos antecessores, já sinalizamos para as próximas gerações o que será reservado à futura Contabilidade. Eles levantaram pilares e alicerces, construíram pontes e apararam um sem número de arestas; a geração atual vem solidificando a imagem da Contabilidade com a argamassa poderosa do conhecimento continuado, buscando uma mesma linguagem, os mesmos ideais e, sobretudo, o grande desafio de tornar a profissão contábil como a mais requisitada do mercado; a próxima geração, por sua vez, atuará como a guardiã deste grande edifício contábil construído a várias mãos e aquela que irá transpor as Ciências Contábeis ao topo das profissões regulamentadas. Para isso, nossas futuras lideranças já se preparam para assumir os nossos atuais postos.

É forçoso reconhecer mais que daqui para frente os desafios não serão mais os mesmos; que as novas ferramentas digitais serão sempre as nossas parceiras; que a educação continuada continuará sendo a mina de ouro para quem quer obter vantagens profissionais competitivas; e que a nossa capacidade de resiliência e de readaptação, a cada nova realidade, ditarão as regras do mercado contábil – do mesmo modo foi na antiguidade com os fenícios, muito antes das partidas dobradas do Frei Luca Pacioli; da mesma forma foi durante a revolução industrial; e da mesma maneira se repete agora na era da Inteligência Artificial.

E, assim, dia após dia, a Contabilidade vai contando, recontando, tecendo, costurando e construindo novas histórias... Histórias grandes, outras nem tanto, mas, igualmente,

dignas de registro. História de bravos homens. História de aguerridas mulheres, que, também, com a sua pujança e graça, têm deixado a sua marca indelével no contexto das Ciências Contábeis.

Nessa ótica, embora a historiografia oficial da Contabilidade tenha esquecido as mulheres, elas nunca estiveram ausentes. Pelo contrário, pois, desde muito antes das partidas dobradas, elas ali permaneciam, germinando a sua contribuição para um dia serem reconhecidas na seara contábil.

No Brasil, não foi diferente. Mudamos, oficialmente, a História da Contabilidade ao hasteamos a bandeira “cor-de-rosa” no I Encontro Nacional da Mulher Contabilista, no Rio de Janeiro, em 1991. A partir daí, podemos até nos arriscar em dizer que as últimas três décadas foram “As Décadas das Mulheres Contabilistas”. Chegamos para somar e para provar que competência independe de gênero, e que somente com a união da força feminina à masculina, com o espírito de fraternidade, fortaleceremos a classe e a profissão contábil.

Como mulheres profissionais, temos dado o devido crédito à força masculina na construção da Contabilidade, mas não há como ignorar a nossa revolução no espaço contábil e não há como negar o peso da nossa participação na construção coletiva da profissão.

Somos reconhecidas por quebrarmos paradigmas e ao mesmo tempo agraciadas por conquistarmos nossa genuína posição no espaço contábil brasileiro – antes eminentemente masculino. E foi naquele mesmo universo masculino que assumi, com muito orgulho e responsabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade – entidade muito bem conduzida por meus 14 antecessores.

Tenho a certeza de que esse pioneirismo abriu portas para que outras mulheres buscassem também o seu espaço, pois são igualmente dignas e meritórias. Ali foi o momento de eu demonstrar para todos e para todas, principalmente, que a força feminina está na determinação e na competência. E, com essa bandeira, essas outras “Marias” foram muito mais além ao quebrarem amarras e alçarem voos mais altos, a exemplo das dez presidências que hoje ocupam em Conselhos Regionais de Contabilidade.

E, como mulher contabilista, a boa memória incita-me a revelar que a quebra de paradigmas sempre se fez presente em minha trajetória profissional, essencialmente pelo fato de eu ser mulher e de assumir, desde muito jovem, cargos até então ocupados por homens mais maduros. Na maioria das vezes, essa ruptura de padrões, ao mesmo tempo que causava a admiração de uns provocava também o espanto de muitos. Posso citar o meu primeiro emprego no Instituto de Previdência do Estado de Alagoas, quando aos 18 anos atuei como contadora, tornando-me a primeira servidora (e mulher) a ocupar o cargo de diretora financeira, posto até então ocupado por indicações políticas. Este é um fato do qual muito me orgulho e que contribuiu para que mais tarde, aos 27 anos, eu viesse a assumir a Auditoria-Geral do estado.

Após esses primeiros passos, ingressei na atividade classista, vindo a presidir como primeira mulher, por duas gestões, o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Atualmente, tenho a honra de conduzir os rumos da Academia Brasileira de

Ciências Contábeis (Abracicon) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).

No que concerne, especificamente, ao CFC, tive, por exemplo, a missão desafiadora de buscar a internacionalização da profissão contábil, que hoje já é uma realidade. Enquanto guardiões da riqueza, interessa-nos acompanhar de perto todos os atos e fatos de natureza econômica ocorridos no País, bem como os avanços da Ciência Contábil, os movimentos e as tendências internacionais pertinentes ao exercício profissional.

Com um olhar mais abrangente, tive o privilégio de criar o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, com o objetivo de coordenar o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) às normas internacionais, nas áreas de Auditoria, Contabilidade Pública e assuntos regulatórios, complementando o trabalho do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tratava da convergência da Contabilidade Societária. E assim demos um novo rumo à profissão. Sem a luz deste entendimento, em nível nacional, seria impraticável convergir a aplicação das normas de Contabilidade no mundo globalizado.

Tivemos também como linha de frente a batalha contra o mal crônico da corrupção. Conduzimos com afinco iniciativas voltadas à contabilidade governamental, clamando por mais transparência e ética no controle dos recursos públicos. Essa visão racional e sistêmica da fiscalização transparente do patrimônio público é indispensável a qualquer república que pretenda marcar presença, dignamente, na contemporaneidade das nações civilizadas.

Dessa forma, como sendo a primeira mulher a presidir o CFC, estou certa de que dei o meu melhor, e esse reconhecimento a mim foi concedido, pelos meus pares, com a honrosa condecoração da medalha Mérito Contábil João Lyra, no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em 2016, em Fortaleza (CE). Serei eternamente grata pela confiança e pelo irrestrito apoio dos Conselhos de Contabilidade (Federal e Regionais) e das demais entidades parceiras.

Como profissionais da contabilidade brasileiros, o importante é ter sempre em mente que o Sistema CFC/CRCs é uma força contábil única. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, os nossos Conselhos de Contabilidade vêm trabalhando de forma impecável, como detentores de uma macrovisão legítima das propostas que se insurgem mais urgentes nos anseios de nossos profissionais.

Dito isso, alegre-me, pois, afirmar que o momento é de conagração, já que possuímos condições favoráveis para executarmos a nossa atividade profissional com zelo, diligência, ética e transparência, à luz dos 26 itens do nosso Código de Ética Profissional do Contador, o qual nos dá a noção exata dos nossos deveres, direitos, responsabilidades, competências e prerrogativas, atuando sempre como o nosso eterno “fiel da balança”.

Diante do que já construímos e de nossas projeções, posso antever um futuro próspero para a Contabilidade, com profissionais sempre prontos para “somar esforços, multiplicar saberes, dividir experiências e diminuir retrabalho”. Essa é a conta que devemos fazer a partir de agora. Dessa forma, a Ciência Contábil terá no futuro mais Histórias Brilhantes, com mais 75 motivos para dar continuidade a sua permanente edificação,

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO

(2010/2013)



Foi uma honra e uma alegria muito grande presidir o nosso Conselho Federal de Contabilidade no período de 2010-2013, onde tive a oportunidade de dar continuidade a muitos projetos que foram desenvolvidos no CRCSC, o qual presidi por duas vezes, agregando a eles novos projetos dentro do modelo de Gestão Participativa por Projetos. Os desafios foram enormes, mas plenamente superados por uma equipe brilhante de Conselheiros e de um Conselho Diretor diferenciado.

O primeiro impacto foi na posse extremamente prestigiada por autoridades, políticos e profissionais da contabilidade de todo o país e, em especial, de meu querido Estado de Santa Catarina.

A gestão foi consolidada por uma série de ações e momentos que recordamos com carinho, lembrando permanentemente das pessoas que, ao longo dessa caminhada, contribuíram muito para uma administração exitosa.

E como não nos lembrar do grandioso 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Belém do Pará, para mais de 6 mil profissionais... Com uma rica programação e conteúdos diversificados, contamos com renomados palestrantes, entre eles o ex-presidente dos EUA Bill Clinton.

A aprovação da Lei n.º 12.249/2010 foi uma grande conquista que atualizou o nosso mandamento legal. O trabalho conjunto e o posicionamento assumidos pelo CFC perante os organismos internacionais deram grande impulso aos espaços ocupados de representatividade, principalmente na Ifac e no lasb, com destaque também para as parcerias e projetos em conjunto com a OCC, de Portugal.

A realização das edições dos encontros de Coordenadores e Professores, dos Prolatinos, dos Luso-Brasileiros, dos Seminários de Convergência das IFRS, dos Seminários Internacionais de Contabilidade Pública e dos Encontros Nacionais da Mulher, em especial ao realizado magnificamente a bordo de um navio, reunindo mais de dois mil participantes, agregaram inovação, aperfeiçoamento e qualidade aos eventos.

A edição histórica da RBC 100 anos, em 2012, revelou a constante preocupação com a produção científica, sendo mais uma marca do período.

A campanha de Combate à Corrupção em parceria com a OAB, a Prestação de Contas Eleitorais com o TSE e OAB, a Prestação de Contas de entidades do Terceiro Setor com o Ministério Público, bem como o Programa Voluntariado da Classe Contábil, que, atuante no Orçamento Familiar e Controle Social, aproximaram o CFC das instituições e da sociedade.

O Projeto de Transferência do Conhecimento da Profissão Contábil para os países de Língua Portuguesa, em conjunto com a OCC de Portugal, com os aperfeiçoamentos e redirecionamentos efetuados, aproximaram ainda mais o Brasil dos nossos irmãos.

Os pronunciamentos realizados na ONU-Isar, em Genebra, no Senado Federal, Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas dos estados, levaram a mensagem da Contabilidade brasileira e a importância da profissão.

A Criação da Campanha de Valorização Profissional – 2013 Ano da Contabilidade no Brasil – lançada no Senado Federal, primou pelo engajamento e pela grande participação dos profissionais e empresas de todo Brasil. O presidente da Ifac, Warren Allen, esteve à época, no Brasil para participar do lançamento da Campanha nas Assembleias Legislativas do Distrito Federal e de São Paulo.

A realização do Exame de Suficiência, agora com o devido amparo legal, consolidou um instrumento importante para o aperfeiçoamento da qualidade do nosso profissional. A atuação incessante no processo de Convergência das IFRS e das Ipsas, com o trabalho competente de profissionais e a participação de instituições em grupos e comissões, permitiu grande avanço das normas privadas, públicas e de auditoria no Brasil.

A Criação do Grupo Latino-Americano de Normatizadores Contábeis (Glenif), em inglês Glass, que se tornou a voz da Contabilidade Latina no lasb, foi um marco liderado pelo Brasil e do qual tive honra de ser seu primeiro presidente.

Essas lembranças só são possíveis porque resultam de um trabalho coletivo, irmanados com todos os CRCs, instituições congradadas, federações, sindicatos, organismos públicos, entidades internacionais e, é claro, os profissionais da contabilidade.

Aos meus conselheiros, vice-presidentes, membros de grupos de trabalho e funcionários do CFC, minha eterna gratidão e alegria do convívio e do trabalho.

ZULMIR IVÂNIO BREDA

(2018/2021)



Por delegação da classe e de meus pares no Plenário, estou tendo a honra e o privilégio de presidir a entidade máxima da nossa profissão contábil no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade, no exato momento em que este completa os 75 anos de sua criação, com a edição do Decreto-Lei 9295 de 27 de maio de 1946.

Tenho muito orgulho e respeito pela história e trajetória do nosso Conselho Federal e do sistema CFC/CRCs, que hoje representa mais de quinhentos mil profissionais e quase setenta e cinco mil organizações contábeis, espalhadas pelos quadrantes do nosso imenso país.

Este orgulho e este respeito se estendem, por justiça, a todos àqueles colegas que fizeram parte desta história brilhante, na qualidade de presidentes do CFC ou dos CRCs, Vice-Presidentes, Conselheiros, colaboradores em comissões de estudo e membros desta pujante classe contábil brasileira. Todos são responsáveis, direta ou indiretamente, pelas conquistas alcançadas ao longo desses 75 anos de história, onde a profissão se elevou a patamares que talvez nossos precursores não imaginassem.

Baluartes da contabilidade trabalharam intensamente, por décadas, para atingir a tão sonhada regulamentação da profissão e a criação do Conselho. Como não reconhecer o incansável trabalho do senador Pernambucano, João de Lyra Tavares, em sua luta no Congresso Nacional e junto com as entidades de classe à época. Em seu nome quero homenagear todos os colegas que estiveram nessa batalha pela edição do Decreto-Lei nº 9295, em 1946.

Lendo os pronunciamentos dos 16 presidentes que me antecederam, confesso que fui tomado por um sentimento de orgulho e satisfação em poder recordar essa bela história e constatar quantos grandes desafios foram enfrentados para que o nosso sistema CFC/CRCs e a nossa profissão contábil chegassem neste patamar onde estamos atualmente. A cada um dele(a)s o meu mais profundo reconhecimento e gratidão por tudo o que fizeram pela nossa classe e pelo sistema CFC/CRCs.

Com a iniciativa da edição deste livro comemorativo dos 75 anos, nosso objetivo é também promover esse resgate histórico do nosso

Conselho Federal de Contabilidade e da evolução da profissão contábil nesse período, para mostrar a todos os colegas o quão árdua foi a jornada desde a busca pela regulamentação da profissão, até a conquista da Lei de Regência com a criação dos Conselhos Federal e Regionais, chegando até o estágio de maturidade que hoje se encontra o sistema CFC/CRCs.

Desfrutamos, atualmente, de uma realidade que demonstra um sistema completamente estruturado e em condições de bem executar as suas atribuições institucionais, com o CFC estabelecido em sede própria na Capital Federal, e os 27 CRCs, cada um com sua sede própria na capital dos estados e no Distrito Federal.

Detemos um amplo e atualizado cabedal legislativo que regulamenta as nossas atividades e que nos empresta o fundamento legal para que o sistema possa operar consoante a sua missão e o seu planejamento estratégico e temos, também, um quadro funcional competente e zeloso pelo bom funcionamento do sistema.

Todavia, nada disso adiantaria se, acima de tudo, não contássemos com um corpo de conselheiros preparado e motivado para cumprir com suas atribuições de promover o desenvolvimento da nossa profissão, honrando-a, promovendo-a, respeitando-a e dignificando-a.

Como corolário dessa estrutura, contamos também, com um moderno sistema de governança, que nos oferece as condições necessárias para uma gestão eficiente e eficaz dos recursos que são arrecadados por meio das anuidades, propiciando uma melhor aplicação, em benefício da classe e da sociedade em geral.

Fortalecemos os valores da entidade com a criação de um Plano de Integridade do CFC, sempre focando em melhorar o ambiente de gestão. Aprovamos um Plano de Logística Sustentável como forma de garantir adequação às políticas públicas de sustentabilidade recomendadas pelos órgãos competentes.

Por fim, definimos o novo planejamento estratégico do sistema CFC/CRCs para os próximos dez anos (2018/2027), onde a missão do sistema é “Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público”. A Visão do sistema é “Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público”. Os valores éticos definidos são: “ética, excelência, confiabilidade e transparência”.

Minha relação com o sistema CFC/CRCs teve início no limiar da década de 1980, quando por concurso público, ingressei no quadro de fiscais do CRCRS, onde permaneci por cerca de cinco anos. Nesse período, tive a oportunidade de conhecer e participar da história do sistema CFC/CRCs, que à época já caminhava em passos largos na busca da sua estruturação em âmbito nacional e na definição do futuro da profissão no país.

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, era então presidido pelo eminente professor Dr. Olívio Koliver, um dos maiores expoentes da contabilidade brasileira e latino-americana e foi justamente nessa ocasião, em 1981, que o CRCRS inaugurou sua primeira sede própria, num edifício de cinco andares construído com recursos próprios.

Nos anos que se seguiram, participei de Comissões de Estudos do CRCRS, até ingressar, no ano de 1994, como Conselheiro Suplente, por convite do contador e ex-Presidente, José João Appel Mattos, excelente profissional com o qual muito aprendi e tive a oportunidade de compartilhar o plenário do CRCRS por oito anos. Seguindo a trajetória como conselheiro e Vice-Presidente nas gestões de Enory Luiz Spinelli e Rogério Costa Rokembach, até 2010 quando assumi a presidência do Regional, encerrada após dois mandatos consecutivos, em 2013.

Essa trajetória classista, tenho certeza, me inspirou e credenciou a buscar a representação do meu estado junto ao Conselho Federal de Contabilidade, o que veio a ocorrer a partir de 2014. Neste ano de 2021, completo, portanto, 28 anos contínuos de serviços dedicados voluntariamente ao sistema CFC/CRCs, período no qual sempre empreguei toda a minha dedicação e conhecimento e sempre norteie minhas atitudes, na frase cunhada pelo Dr. Koliver: “Servir à Classe, sem dela se servir”.

A Contabilidade brasileira e os seus profissionais evoluíram substancialmente ao longo destes 75 anos, sendo justo afirmarmos que atingimos um patamar de maturidade, tanto no que se refere ao desenvolvimento das Ciências Contábeis, quanto no reconhecimento da profissão como essencial ao desenvolvimento econômico do País.

Nesse sentido, vale lembrar a manifestação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em ofício enviado ao CFC por ocasião da celebração do Dia do Profissional da Contabilidade, em 2020, quando afirmou:

“Neste momento em que se aproxima o dia 25 de abril, data na qual homenageamos os Profissionais de Contabilidade, venho por dever de justiça externar meu reconhecimento e agradecimento aos mais de 500 mil Contadores e Técnicos em Contabilidade de todo o Brasil pelo importante papel que desempenham na economia do nosso País, em especial neste momento delicado que todos estamos vivendo. Assim como a saúde das pessoas é a nossa prioridade, também estamos cuidando da saúde da nossa economia, através do apoio às empresas e aos trabalhadores de nosso País. E os Profissionais de Contabilidade exercem um papel fundamental junto as empresas, cuidando dos aspectos tributários, previdenciários, trabalhistas e societários, além de produzirem as informações fundamentais para a tomada de decisões. Quero reconhecer, também, o importante papel que Conselho Federal de Contabilidade vem desempenhando no diálogo com o governo, em especial com este Ministério da Economia, nos temas relacionados às questões tributárias, onde desempenham fundamental papel para a arrecadação de impostos e contribuições e mais recentemente, na implantação das ações previstas no pacote de medidas do governo que visam a reduzir o impacto da pandemia do Covid-19 na nossa economia, auxiliando empresas na sua sustentabilidade e na manutenção de empregos. A saúde das empresas brasileiras, mais do que nunca, depende dos profissionais da contabilidade. Conto com vocês.”

O período de pandemia em que estamos vivendo, com todas as suas nefastas consequências, sob os aspectos emocionais, sociais, econômicos, financeiros e mesmo ambientais, serviu também para evidenciar a importância do profissional da contabilidade para a sustentabilidade dos negócios e para o bom funcionamento da economia. Na imensa maioria dos estados brasileiros, houve o reconhecimento dos governadores e prefeitos para a essencialidade da atividade desempenhada pelos profissionais da contabilidade, com o objetivo de permitir que esses pudessem funcionar seus escritórios no período de “lockdown”, num sinal inequívoco de que o Estado e o Mercado não podem prescindir desses serviços.

O papel do CFC nesse período de exceção foi, também, no sentido de prestar apoio aos profissionais para que tivessem as orientações necessárias e tempestivas sobre as ações governamentais extraordinárias editadas em razão da pandemia. Essas ações referiram-se a prorrogações de prazos de obrigações tributárias e societárias. Apoio na implementação das medidas trabalhistas emergências de redução de jornada e de suspensão de contratos de trabalho, do auxílio emergencial concedido aos cidadãos sem renda, bem como das linhas de crédito subsidiado oferecidas aos micro e pequenos empresários.

Por certo, ninguém que sobreviver a essa pandemia esquecerá esta triste página da história da humanidade, que deixará um saldo de milhões de mortes no mundo todo. Nada será igual daqui para frente, as pessoas, hábitos, relacionamentos, tudo será diferente em nossas vidas. Em nossa profissão, tenho certeza, que muitas coisas haverão de mudar, aliás, já estão mudando, com a aceleração do uso de ferramentas tecnológicas que ditarão uma nova forma de atuar e de desenvolver as nossas tarefas. O foco no essencial, será a palavra de ordem.

Nesse cenário de novas tecnologias avançamos para um futuro onde a segurança da informação, privacidade, e proteção de dados precisam de um novo olhar e revisar os processos internos, rotinas, procedimentos foi necessário como forma de garantir a segurança aos bancos de dados tratados diariamente pelos Conselhos de Contabilidade.

No campo da regulação profissional, buscamos ao longo desta gestão, promover uma atualização dos principais normativos que regem o sistema CFC/CRCs, tais como o Regulamento Geral dos Conselhos, o Regimento Interno do CFC, as resoluções que normatizam o registro de profissionais e o cadastro de organizações contábeis, o contrato de prestação de serviços contábeis, que tratam dos procedimentos processuais de fiscalização, que regem as eleições, que disciplina as delegacias regionais, que cria o Código de Conduta para funcionários e conselheiros, a carteira de identidade digital, o cadastro nacional de auditores independentes pessoa jurídica, entre outras tantas que poderíamos aqui mencionar.

Neste mesmo campo da regulação profissional, também destacamos a aprovação de um conjunto de novas Normas Brasileiras de Contabilidade, a exemplo das normas aplicadas ao setor público, as normas de auditoria governamental, a norma específica para entidades em processo de liquidação (muito aguardada pelo judiciário) e a norma referente aos relatórios de gestão no formato de relato integrado. Também promovemos uma atualização de diversas normas já existentes, a exemplo do Código de Ética do Contador, das normas de perícia contábil e de educação profissional continuada, bem como a revisão de dezenas de normas já existentes, fruto do processo de atualização das equivalentes normas internacionais, como o Código Internacional de Ética e a nova estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros.

No campo político-institucional, avançamos no estreitamento das relações com os órgãos públicos da esfera federal, em especial aqueles vinculados ao Ministério da Economia, na premissa de que teremos assim melhores condições de ter vez e voz nas decisões tomadas pelo governo em temas que afetam a nossa profissão, direta ou indiretamente.

Essa política se estendeu também aos demais poderes, como o Legislativo e o Judiciário, onde trabalhamos no aperfeiçoamento das leis aprovadas que tratam de temas de nosso interesse, mediante a participação em audiências públicas ou mesmo sugestões de melhorias enviadas diretamente aos parlamentares. No tocante ao Poder Judiciário, nossa aproximação mais forte se deu com a Justiça Eleitoral, onde buscamos fortalecer a participação do profissional da contabilidade no processo de prestação de contas das campanhas eleitorais.

Não posso deixar de mencionar o importante relacionamento que mantivemos com as entidades de classe parceiras do CFC, como a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa (Fenaccon), entre outras. Parcerias institucionais que em muito tem contribuído, ao longo do tempo, para o desenvolvimento e fortalecimento da profissão no país.

No campo internacional, buscamos manter e aumentar a participação brasileira nos organismos estrangeiros da profissão, especialmente junto à Federação Internacional de Contadores, órgão representativo da profissão em nível global, com o objetivo de levar a contribuição brasileira no campo normativo e regulatório, buscando destacar no cenário internacional a contabilidade nacional.

Temos ainda um longo percurso pela frente no campo do desenvolvimento e aperfeiçoamento da nossa profissão, seja no Brasil, como mundo afora, mas os alicerces plantados por nossos antecessores são pilares fortes e seguros de que estamos no caminho certo, conquistando, passo a passo, cada etapa necessária para tornar nossa profissão cada vez mais atrativa para os que buscam definir sua carreira profissional e relevante para aqueles que buscam os nossos serviços profissionais.

Esta é uma trajetória infindável, que busca construir um cenário da profissão para o futuro, traçando o perfil do profissional para os próximos 30 ou quem sabe 50 anos, inserido no contexto de um mundo em profunda mutação, com avanços tecnológicos fantásticos e mudanças de ambientes de negócios muito velozes. Definir esse novo perfil da profissão e implementar em curto espaço de tempo as mudanças necessárias é o grande desafio das entidades profissionais como o CFC. Tenham todos a certeza de que estamos trabalhando nesse sentido e que as próximas gestões certamente farão mais e melhor em prol da nossa profissão e do nosso Sistema.

Um fraterno abraço a todos pelos 75 anos de profissão e de Sistema CFC/CRCs.